

idades indicam ainda que a taxa de desemprego entre os migrantes é relativamente mais baixa do que os nativos da cidade mantendo-se constante o nível de educação. Por outro lado a cidade oferece ao migrante uma série de satisfações com o entretenimento formal e informal, melhores meios para educar seus filhos, melhores condições sanitárias, enfim, participação na cultura urbana.

Os trabalhos examinados no livro indicam que a maioria dos migrantes que vem diretamente da zona rural para as cidades tem pouco interesse nos assuntos políticos e continua com uma atitude fatalista e com seus hábitos de respeito às autoridades.

Joan Nelson comenta ainda a teoria da radicalização elaborada por Gláucio Soares segundo a qual a urbanização sem industrialização aumenta o hiato entre as aspirações e as realizações. Este ato gera frustrações que são expressas em forma de agressão política e, especificamente, radicalismo. A condição central para a radicalização, segundo esta teoria, é a existência de um certo nível de marginalidade econômica e social entre os migrantes; em outras palavras, o radicalismo é uma função da marginalidade.

A despeito da grande importância desta teoria de radicalização, ela permanece ainda não testada devido a inúmeros problemas de ordem prática. Um deles diz respeito à dificuldade de se definir marginalidade. Podemos considerar marginais os indivíduos que vivem nas favelas? Os não qualificados e analfabetos? Ou os que, a despeito de uma especialização ou educação, não possuem um trabalho estável? Ou devemos simplesmente considerar marginais os indivíduos de salários muito baixos?

Os estudos indicam que muitos indivíduos que vivem em favelas e cortiços possuem empregos estáveis e algum nível de educação (p. 35-36). Além do mais, muitos trabalhadores não qualificados possuem empregos estáveis; em contrapartida, certos trabalhadores especializados possuem salários mais baixos. Isso significa que a ocupação e a educação são critérios muito ambíguos de marginalidade. Gláucio Soares, por exemplo, tomou os trabalhadores não qualificados como critério de definição de marginalidade e com base nisso construiu a sua teoria de radicalização, deixando de lado o problema de definição mais completa de marginalidade, assim como o problema de diferentes níveis de experiência urbana que ocorre entre um recém-chegado ou um migrante que vive na cidade há vários anos.

Comentando os resultados estatísticos apresentados por Gláucio Soares e outros autores que também operam com esta teoria do radicalismo, Joan Nelson mostra existir muito pouca evidência empírica em favor dessa postura teórica. Quando se considera o

tempo de residência de um migrante na cidade, as relações entre nível ocupacional e radicalismo político tornam-se bastante obscuras. Por exemplo, os levantamentos realizados por Inkeles na Argentina, Chile, Índia e Paquistão indicam que a satisfação com o trabalho entre migrantes diminui com o decorrer da sua experiência urbana. Isso indica que muitos fatores interferem na formação da satisfação do indivíduo no trabalho, tais como as comparações que faz com os grupos locais, as aspirações educacionais, as novas necessidades urbanas etc.

O trabalho de Joan M. Nelson constitui um esforço bastante interessante de reunir evidências empíricas para as duas posições acima enunciadas. As pesquisas relatadas no livro indicam a grande fragilidade em que ainda se encontra a teoria sociológica a respeito do fenômeno migração e marginalidade nos países em desenvolvimento.

JOSÉ PASTORE

ECONOMIC THEORY AND THE UNDERDEVELOPED COUNTRIES

Por H. Myint. London, Oxford University Press, 1971. 352 p.

Este livro é uma coleção de trabalhos escritos ao longo da carreira do Professor Myint e versa sobre diversos temas relacionados ao desenvolvimento econômico.

A sorte do leitor deste volume é que o Professor Myint tem uma amplitude de horizontes intelectuais que raramente permite ao leitor enfadar-se com a repetição de idéias ao longo de sua leitura. De fato, se por um lado a temática é una, ela se enriquece nos variados contextos em que é utilizada. Exemplificando concretamente: Myint defende o principal baluarte da teoria econômica "ortodoxa" de que a alocação eficiente de recursos escassos é (ou deve ser) a principal preocupação da ciência econômica. Esta idéia, ou tema, repete-se em quase todas as seleções publicadas neste volume; desde a averiguação da aplicabilidade da teoria econômica aos países subdesenvolvidos (que é o tema principal do livro) até a relação entre educação e desenvolvimento econômico. Com estas diversas aplicações, este princípio, que é normalmente levado em consideração tão somente na aula introdutória de microeconomia e prontamente esquecido, reforça-se, ganha novas dimensões e adquire urgência em sua aplicação.

O problema de escolha na economia, a necessidade de se optar entre dois ou mais objetivos desejáveis mas incompatíveis, dada a restrição implícita em todo processo econômico — a

escassez — é outra das preocupações do Professor Myint.

O livro, embora escrito para economistas profissionais, pode perfeitamente ser acompanhado por um leigo com noções elementares de teoria econômica. O estilo é lúcido e tenta ao máximo evitar o jargão de acesso exclusivo aos especialistas. O argumento é quase que exclusivamente verbal e isto, embora restrinja a profundidade analítica possível com os instrumentos quantitativos do economista, tem a vantagem de manter o texto dentro das dimensões do prático e do viável na esfera econômica. O próprio Myint nos adverte acerca da aplicabilidade de modelos por demais abstratos em economias subdesenvolvidas. Uma das possíveis críticas acerca deste trabalho diz respeito à pouca preocupação do autor em documentar quantitativamente suas afirmações sobre a realidade econômica dos países subdesenvolvidos. Em defesa do autor pode-se imediatamente retrucar que "dados" são exatamente o que mais falta em países subdesenvolvidos. De qualquer maneira, não se pode negar que o leitor acostumado a ler artigos de economia tende a ficar um pouco frustrado com este aspecto do livro.

Nas palavras do autor, o livro lança mão do "nível mediano de análise, entre a teoria econômica formal 'pura' e os estudos empíricos detalhados de um país subdesenvolvido em particular. O objetivo é examinar o realismo e a relevância de conceitos e doutrinas teóricas, tanto ortodoxos como modernos, em relação aos grandes padrões observáveis de mudança econômica, as características salientes da situação econômica e os objetivos gerais da política de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos".

O livro em si interpreta o desafio da pobreza no mundo em termos de quatro abordagens. A primeira tenta determinar a aplicabilidade da teoria econômica existente à economia dos países subdesenvolvidos. A segunda preocupa-se com a aplicação da Teoria do Comércio Internacional a estes países. A terceira examina a relação que existe entre a educação e o desenvolvimento econômico. A quarta explora a relação que existe entre variáveis internas, tais como planejamento econômico, e os aspectos externos da política desenvolvimentista.

DENNIS CINTRA LEITE

THE ECONOMICS OF AID

Por J. M. Healey. London. Library of Modern Economics, Routledge and Kegan Paul Ltd. 1971.

A ajuda econômica dos países "desenvolvidos" aos "subdesenvolvidos" é

um dos tópicos menos compreendido da realidade econômica de hoje. As populações dos países de onde origina esta ajuda tendem a considerá-la de maneira ambivalente: de um lado sentem certo complexo de culpa ligado ao fato de que são ricos face à pobreza do resto do mundo; e dentro desse enfoque sentem certa responsabilidade em ajudar os pobres do resto do globo. Por outro lado, essas mesmas populações sentem que existem problemas internos em seus países que merecem prioridade, dados os recursos que, embora mais abundantes localmente que no terceiro mundo, ainda assim são escassos. Uma destas atitudes tende a prevalecer, dependendo de aspectos conjunturais nos respectivos países doadores de ajuda.

Em contraposição a estes pontos de vista, muitas vezes de fundo emotivo por parte dos povos desenvolvidos, temos as posições de seus respectivos governos que, embora tendam a refletir em algum grau as correntes de opinião pública, normalmente lançam mão de uma abordagem mais pragmática em relação à ajuda externa. Os motivos que podemos atribuir aos governos desses países dividem-se, para fins de análise — pois raramente eles atuam independentemente uns dos outros — em dois tipos: comerciais e político-estratégicos. Admite-se que a probabilidade de motivos

puramente humanitários por parte de governos seja pequena.

O trabalho do Professor Healy tem como objetivo a utilização dos instrumentos da análise econômica para maximizar o impacto da ajuda externa na consecução dos objetivos governamentais esboçados acima. Lembremos que a ciência econômica tem como meta principal a maximização dos efeitos positivos (lucro, bem-estar, ou outra variável qualquer) que se quer obter, com o mínimo de utilização, de recursos escassos mas necessários. No caso da ajuda externa, os objetivos podem dizer respeito à melhoria da posição comercial ou político-estratégica do Estado doador em relação ao Estado recipiente.

O meio aqui considerado é a ajuda externa. Pergunta-se qual forma deve este tomar para ter seu máximo impacto com o mínimo de custo, em termos de recursos para o Estado doador. Este é o assunto do livro em pauta. O Professor Healy desdobra seu estudo de maneira sistemática, começando com o estudo dos motivos que levam países a participar, seja como doadores, seja como recebedores no fluxo de ajuda externa. Logo depois expõe os princípios de alocação que devem ser adotados, condicionados aos objetivos ou motivos de ambas as partes na

transação. Definidos estes preliminares, investiga a relação que existe ou pode existir entre a ajuda econômica e o processo de desenvolvimento econômico dos países contemplados com a ajuda. Posteriormente investiga a ajuda econômica quando toma a forma de empréstimos e os termos em que são concedidos estes empréstimos. Aqui é feita uma análise tanto das vantagens como das desvantagens desse tipo de ajuda do lado do país credor e do país devedor. A parte final desse estudo investiga a ajuda "amarrada", onde o recebedor é forçado a gastar os recursos obtidos na compra de bens e serviços exclusivamente no país que concede a ajuda.

O nível de tratamento dado ao assunto, embora o autor tente negá-lo, é bastante sofisticado. Excetuando-se os primeiros dois capítulos, exige-se do leitor certa familiaridade com o instrumental analítico dos economistas, ou ao menos uma base em engenharia econômica elementar ou matemática financeira. Isto não detrai do valor do livro ao menos em sua parte introdutória, que deverá ser do conhecimento de todos que se interessam em levantar o véu de mistificação que geralmente encobre o assunto de ajuda externa originária tanto nos países ocidentais como nos países comunistas.

DENNIS CINTRA LEITE

CEATA - Centro de Assessoria Técnica e Administrativa

Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Coordenador: Prof. Orlando Figueiredo

Enderço: Av. 9 de Julho, 2029 — 11.º — S. Paulo

Telefone: 288-0011 — Ram. 239

Finalidade: Prestar assistência técnica no campo da administração a entidades públicas e privadas.

Corpo Técnico: Cerca de 80 técnicos, professores da EAESP, com especialização no Brasil e no Exterior, com ampla experiência acumulada nos diversos setores da administração pública e privada.

Áreas de Atuação:

Administração-Geral	Projetos de Racionalização da Comercialização (BNDE)
Administração Mercadológica	Projetos de Modernização e Reorganização Industrial (BNDE)
Administração Contábil-Financeira	Projetos de Financiamento
Administração da Produção	Análise de Sistemas
Economia	
Métodos Quantitativos	
Ciências Sociais	
Consultoria Jurídica	